

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.209.597 - CE (2017/0299405-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : FÁBRICA ANDRADE LTDA
ADVOGADO : JOSÉ HUMBERTO RAULINO SILVEIRA - CE010275
AGRAVADO : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADOS : ANTÔNIO WAGNER MARTINS CONDE - CE005786
CLAUDIO CHAVES ARRUDA E OUTRO(S) - CE013162

DECISÃO

Trata-se de agravo de FÁBRICA ANDRADE LTDA contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado:

"EMENTA: APELAÇÃO EM AÇÃO ACAUTELAR. SENTENÇA IMPROCEDENTE DO PEDIDO. LIDE PRINCIPAL JÁ JULGADA DESFAVORÁVEL NO MÉRITO. PROVISORIEDADE E ACESSORIEDADE. A RESOLUÇÃO DA DEMANDA ORDINÁRIA SOLUCIONA A CAUSA E ESVAZIA A FUNÇÃO AUXILIAR E SUBSIDIÁRIA DO PLEITO DE NATUREZA JURÍDICA ACAUTELATÓRIA CUJO ÚNICO ESCOPO ASSEGURAR A EFICÁCIA O ÚTIL DO PROVIMENTO JURISDICIONAL DO FEITO CAPITAL. EFEITO ASSECURATÓRIO DESCONFIGURADO. CINDIDO O BINÔMIO NECESSIDADE-UTILIDADE. DESPROVIMENTO.

1. O cerne da questão posta a desate consiste em verificar o binômio Necessidade-Utilidade do Julgamento de Apelação, em lide Cautelar, diante de Sentença Improcedente no bojo da Ação Principal.

2. - A provisoriedade e a acessoriedade do processo cautelar decorre do teor do art. 796 do CPC, porquanto sua duração acompanha o tempo de vida do processo principal; a resolução deste soluciona a lide e esvazia a função auxiliar e subsidiária daquele.(STJ, REsp 846.767/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2007, DJ 14/05/2007, p. 297)

3. Paradigma do STJ: PROCESSO CIVIL. AGRAVO z À REGIMENTAL. AÇÃO PRINCIPAL JULGADA IMPROCEDENTE. CAUTELAR. PERDA DE À OBJETO. 1. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça tem entendimento assente no sentido de que extinto o processo principal, não subsiste o cautelar, pois, apesar de autônomo, tem como único escopo assegurar a eficácia útil do provimento jurisdicional do feito

principal. 2. Agravo regimental desprovido. (STJ, AgRg no Ag 1014802/DF, Rel. Ministro FERNANDO 0º) GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2009, DJe 22/02/2010)

4. Outro do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SENTENÇA PROFERIDA NO PROCESSO PRINCIPAL. CAUTELAR. CESSAÇÃO DA EFICÁCIA. ART. 808, III, DO CPC.

1. Nos termos do artigo 808, III do CPC, "cessa a eficácia da medida cautelar (...) se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento de mérito". A cessação da eficácia, em casos tais, independe do trânsito em julgado da sentença extintiva do processo, especialmente quando a providência requerida Lu ca como cautelar tem típica natureza antecipatória.

Entendimento contrário importaria, na prática, a conferir efeito suspensivo a todos os recursos, o inclusive ao especial e ao extraordinário, que o vierem a ser interpostos contra sentenças e acórdãos de improcedência ou terminativos proferidos no processo principal. 2. Embargos de divergência providos. (STJ. , EREsp 1043487/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2011, DJe 14/06/2011)

5. O processo cautelar, embora tecnicamente autônomo, guarda estreita vinculação com o processo principal, na medida em que seu escopo é o de resguardar a utilidade do eventual provimento de mérito almejado na ação de conhecimento ou de execução. Em face desse caráter instrumental, tem-se que a decisão tomada nos autos de ação cautelar tem caráter provisório (pode ser revogada a qualquer tempo) e prevalece, tão somente, até o pronunciamento definitivo do magistrado acerca do direito de fundo vindicado nos autos principais (art. 808, o III, do CPC).

6. Assim, proferido juízo de valor sobre o mérito da causa nos autos principais, julgando-se improcedente o pedido exordial, tem-se por insubsistente o fumus boni iuris que respaldara o processamento e os eventuais provimentos judiciais ocorridos no curso do processo cautelar. No mesmo sentido: "[...] a ação cautelar instrumentaliza a ação principal julgada improcedente, incidindo a fortiori o art. 808, III, do CPC. É que a improcedência do pedido da ação principal intentada pelo requerente da cautelar faz esvaziar o fumus bani juris que autorizou ab ovo a concessão da medida" (REsp Lu 724.710/RJ, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 20/11/2007, DJ 03/12/2007 p. 265).. (STJ, REsp 1040473/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, o julgado em 01/10/2009, DJe 08/10/2009)

. DESPROVIMENTO do Apelo diante da resolução da demanda ordinária que soluciona a lide e esvazia a função auxiliar e subsidiária do pleito de natureza jurídica acautelatória cujo único escopo assegurar a eficácia útil do provimento jurisdicional do

feito capital." (e-STJ fl. 423/425)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl.509/515)

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação do art. 535, II, do CPC/73 sustentando, em síntese, que o acórdão recorrido não enfrentou o cerne da apelação, qual seja, os efeitos da liminar concedida quando do ajuizamento da ação cautelar, mas que foi cassada quando do seu julgamento final.

Alega que deveria ter sido analisado pelo acórdão o pedido de que, com o levantamento pelo credor dos valores incontroversos depositados na presente demanda cautelar, fossem liberados os bens equivalentes dados em garantia.

Contrarrazões ao recurso especial (e-STJ fl. 536/545)

É o relatório. Decido.

Não prospera a alegada ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

Ao analisar o pedido de que, com o levantamento pelo credor dos valores incontroversos depositados na presente demanda cautelar, fossem liberados os bens equivalentes dados em garantia, a Corte de origem expressamente dispôs:

"Portanto, mister o DESPROVIMENTO do Apelo diante da resolução da demanda ordinária que soluciona a lide e esvazia a função auxiliar e subsidiária do pleito de natureza jurídica acautelatória cujo único escopo assegurar a eficácia útil do provimento jurisdicional do feito capital." (e-STJ fl. 439)

E acrescentou ao julgar os embargos:

"A questão restou plenamente prejudicada, pois a lide principal foi julgada desfavoravelmente no mérito, o que acarretou o esvaziamento da função provisória/acessória inerente às ações cautelares, que apenas objetivam assegurar a utilidade do feito principal." (e-STJ fl. 512)

Como visto, a Corte de origem consignou expressamente que o único objetivo da demanda cautelar é garantir a eficácia do processo principal, de modo que, tendo a ação revisional sido julgada improcedentes, não há que se falar em qualquer provimento a

ser dado na presente demanda.

Portanto, eventual discussão sobre o efeito liberatório dos valores aqui depositados, cuja compensação com o valor devido já fora determinada, também sobre os bens dados em garantia pelo recorrente no contrato de empréstimo firmado com o recorrido, é questão estranha à presente demanda, como aliás restou consignado na sentença, mantida integralmente pelo acórdão:

"Neste verve, no que interessa a irresignação recursal jaez, restou assaz claro na sentença cautelar, que a compensação dos valores incontroversos depositados pelo embargante e levantados pelo embargado deverá ocorrer após a devida atualização da moeda, nada havendo a tratar de liberação de gravames no bojo da decisão questionada, o que poderá ocorrer no momento processual oportuno do feito, para apreciação do referido petitório do recorrente, motivo de rejeição material argumentativa do tema."
(e-STJ fl. 340)

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PLANO DE SAÚDE. CIRURGIA CARDÍACA DE URGÊNCIA. RECUSA INDEVIDA. ABUSIVIDADE RECONHECIDA NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inexiste violação ao art. 535, do CPC/73 quando, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi enfrentada pelo Sodalício, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

2. Havendo indicação médica comprovada para a colocação dos stents cardíacos em paciente, não cabe à operadora negar a cobertura sob o argumento de que o tratamento não teria previsão contratual, visto que sendo tal procedimento médico indispensável à manutenção da integridade e à vida do usuário, sua recusa configura conduta abusiva nos termos do CDC.

3. Tendo a instância de origem concluído, a partir do exame das provas dos autos, que a recusa de cobertura pelo plano de saúde foi injustificada e ocorrida em momento de grave estado de saúde do beneficiário, a revisão desse entendimento demanda reexame da matéria de fato, incabível no âmbito do recurso especial

Superior Tribunal de Justiça

(Súmula 7/STJ).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1667478/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/2019, DJe 12/11/2019)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator